ATA Nº 20

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de **dois mil e vinte e quatro**, pelas nove horas e 9h15, teve lugar, no **auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue:** _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”	
III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA	
1º -	APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º -	ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA E REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS
3º -	ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2025 – NORMAS DE EXECUÇÃO E MAPA DE PESSOAL PARA 2025
4º -	REGIME DE INCENTIVOS PARA O ANO DE 2025
5º -	APOIO AO INVESTIMENTO NAS FREGUESIAS PARA 2025
6º -	PROJETO DE REGULAMENTO DA ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL
7º -	PROJETO DE REGULAMENTO BOLSAS DE ESTUDO – ALTERAÇÃO
8º -	DESIGNAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DIRIGENTES DE 4.º GRAU
9º -	AMAMINHO, PROTEÇÃO CIVIL, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO MINHO E PROTEÇÃO CIVIL – EXTINÇÃO
10º -	REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

O **Presidente da Assembleia Municipal, José António Moreira Cerqueira**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** dos Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhe é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Deputados Luis Manuel Gomes Amorim, Vítor Manuel Costa de Oliveira, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia, Carla Susana de Oliveira Conde, Jorge Moura Rodrigues foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, pelos Deputados Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Rosa Maria Martins de Sousa Pinto, Francisco José Romeu, Luís Agra e Hernâni Natal, respetivamente. Verificou-se a falta dos Membros Carlos Manuel Afonso Pereira, esta justificada por unanimidade. Quanto à justificação de falta de Paulo Jorge da Cunha Esteves fica sujeita à apresentação de justificação nos termos do regimento.

Verificada a **substituição**, a sessão iniciou com os seguintes 29 (**vinte e nove**) **membros: José António**

Moreira Cerqueira, Dora Marisa Alves Guterres, Maria da Conceição da Cunha Pereira, Alberto Luís Oliveira Vilas, Sebastião António Silva Alves, Inês Rita da Silva Ferreira, Débora Patrícia Alfaya Ferreira, Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Paula Alexandra Melim dos Santos Natal, Rosa Maria Martins de Sousa Pinto, Francisco José Romeu, José António Lopes Nogueira, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Pedro Manuel Guedes Lemos, Luís Alberto Mendes Brandão Coelho, Luís Agra, Hernâni dos Santos Natal, Liliana Mateus Fernandes Cerqueira, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Filipe Fernandes Taveira, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, André de Sousa Rodrigues, Álvaro Agostinho Gomes Alves, Armando Rodrigues Fernandes, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro Manuel Cortinhas de Sousa, Cristina Maria Vilas Rodrigues, Alexandre Pereira Lagoa, Diogo Miguel Mota Silva, José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Presidente da Câmara Municipal,** José Manuel Vaz Carpinteira e respetivos **Srs. Vereadores** Manuel Rodrigues Lopes, Renato Lobão Moreno, Mário Rui Pinto de Oliveira e Arlindo Amorim de Sousa. _____

Assumiram funções para 1º e 2º secretários, as Deputadas Dora Marisa Alves Guterres e Maria da Conceição da Cunha Pereira, respetivamente. _____

O Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sua intervenção a referir que chegou, no dia 26 de dezembro corrente, à Assembleia Municipal um pedido de agendamento por parte do Presidente da Câmara Municipal de um ponto extra ordem de trabalhos relacionado com a reprogramação de compromissos plurianuais. Assim e considerando que a inclusão na ordem de trabalhos da sessão está subjacente ao reconhecimento de urgência por dois terços dos seus membros para o deliberar, colocou à decisão do plenário a inclusão do referido ponto. O Plenário considerou a proposta de agendamento, por unanimidade, sendo incluído na ordem de trabalhos como 10º ponto. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dando início ao período de intervenção do público, o **Presidente da Assembleia Municipal,** procedeu à abertura do período a inscrições, não tendo existido qualquer inscrição. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

RESUMO DE EXPEDIENTE: Referiu que o resumo de expediente estava disponível para consulta caso fosse do interesse, tendo sido autorizada, por ter sido solicitada, a dispensa da leitura do mesmo. _____

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 27/09/2024: ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 27/09/2024: _____

A Assembleia Municipal, num universo de **21** (vinte e um) **membros,** aprovou, **unanimidade,** a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a 27/09/2024. Os membros Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Rosa Maria Martins de Sousa Pinto, Hernâni Natal, Luís Agra, Inês Rita da Silva Ferreira, André de Sousa Rodrigues, Cristina Maria Rodrigues Vilas (8) não tomaram parte na votação. _____

PROPOSTAS: _____

Voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do partido Socialista pelo falecimento do pai do Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Óscar Silva e do pai do Vereador da Câmara Municipal, Arlindo de

Sousa. Foi feito um minuto de silêncio e aprovado por unanimidade o voto de pesar. _____

O Deputado Alberto Vilas interveio para referir que para além de serem pais de dois autarcas foram ambos empresários da nossa terra e contribuíram para o enriquecimento global. E destacaria também que José Vieira de Sousa foi um autarca de freguesia, foi membro desta Assembleia Municipal. Sempre procurou defender os interesses dos fregueses, na altura da Freguesia de Valença, hoje União de Freguesias, mas na altura Freguesia de Valença. Reforçou o interesse desse voto de pesar e lançou um abraço solidário aos familiares. _____

PRESENÇA DE UM MEMBRO: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto chegou o Orlando Oliveira.

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES: Passando às **interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as intervenções que se seguem. _____

- **O Deputado José Nogueira** após ter agradecido as felicitações natalícias retribuiu de forma extensiva a todos. Seguidamente, a propósito das comemoração do centenário do nascimento de Mário Soares, disse_“Mário Soares. Em 7 de dezembro comemorou-se o centenário do seu nascimento. A sua vida e obra celebra-se todos os dias. Português de sete costados e cidadão do mundo. Foi, na luta contra o fascismo, figura maior e depois, em democracia, homem marcante e ímpar. Republicano, socialista e laico, assim se autodefiniu. Republicano na defesa e difusão das virtudes cívicas, no estabelecimento e manutenção de um verdadeiro Estado de Direito, onde a Lei é igual para todos e onde ninguém está acima dela, na intransigente defesa da democracia participativa, do voto livre, da separação de patrimónios entre o que é público e privado, e de um país de todos e para todos. Socialista na implementação dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade. Laico na separação Estado/Igreja e na liberdade de consciência. É óbvio que a vida e obra de Mário Soares não se esgotou no cumprir destes princípios, valores e desígnios. Foi tudo isto e muito mais. Sempre esteve e disse presente na luta pelo propiciar qualidade de vida aos portugueses e às portuguesas. Foi e soube ser líder na implementação da democracia e na adesão à Comunidade Europeia. Foi e é fonte de inspiração e exemplo de vida. Soares foi, é fixe. Deixo o meu pleito e saudade”. _____

- **O Membro Alberto Vilas** referiu que apesar de, na última reunião da Comissão Permanente, ter solicitado a disponibilização da ata da aprovação da proposta de orçamento para 2025 não está disponível no *site* tendo solicitado a sua distribuição. Solicitou, também, informação acerca do noticiado encerramento da fábrica Cablerias Manufacturing SLU, na Zona Industrial de Gandra, bem como acerca do futuro dos 250 trabalhadores. _____

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao antecessor relativamente à ata de reunião de Câmara que está disponível no *site* e, também foi enviada por *e-mail*. _____

- **O Membro Inês Ferreira** questionou se as contas das Festas do Concelho de 2023 já foram apresentadas, assim como, a propósito de constar da ata da Câmara Municipal a cedência do auditório do edifício dos Paços do Município, a uma empresa para a divulgação de um projeto de empreendimento imobiliário se qualquer uma que apresente um projeto o poderá solicitar. Prosseguindo, solicitou informação acerca do sinal de trânsito colocado nas traseiras da Escola EB1, na Avenida da 25 de Abril, quadrado e azul, escrito em inglês “kiss” e “ride”, assim como, questionou o que motivou a decisão de a iluminação natalícia no Jardim Municipal, este ano, passar a ser só no pinheiro artificial. Mais, referiu que a circulação rodoviária na Av. Dr. Tito Fontes colapsou devido ao corte alternado, num dos sentidos, provocado pelas obras em curso na mesma, tendo vedado o acesso à rotunda e por conseguinte à Avenida de Espanha e dos Bombeiros. _____

- **O Deputado Pedro Lemos** questionou, atento ao investimento com a aquisição do púlpito, o motivo de

não estar ligado, bem como o valor que é compartilhado pelo Município na iniciativa “Ponto Verde” para a divulgação e sensibilização da reciclagem do vidro de forma digital. Encontrou uma publicação na página do Município do Facebook que refere que vão ser despoletadas ações de comunicação nas redes sociais, nas semanas seguintes e que desenvolver-se-ão ações de sensibilização, pelo Agrupamento de Escuteiros, junto dos estabelecimentos do Canal Horeca, contudo apenas houve partilha nos dias 20/11, 23/11 e 25/11. Nos locais, por onde passou e questionou, a mensagem é que não estiveram presentes os Escuteiros. Motivo pelo qual questionou se 50.000,00€ seriam apenas para ter este efeito ou se, ainda será feito mais alguma coisa. _____

- **A Deputada Paula Natal** iniciou a intervenção dizendo que teve acesso à ata da Comissão Municipal de Trânsito, onde foi discutida a visibilidade na aproximação na confluência da Rua Val Flores com a Avenida dos Bombeiros Voluntários e apresentada a proposta pelo Sr. Eng. Vítor Araújo de retirar o arbusto, porque o problema não incidia no estacionamento. Acontece que a própria passa no local todos os dias e basta eliminar um estacionamento. _____

- **O Deputado Sebastião Alves** interveio para questionar o motivo de da totalidade dos membros que integram o Conselho Estratégico apenas 30% são Valença, bem como o que está na origem da 15.ª alteração ao orçamento. _____

- **A Deputada Débora Ferreira** congratulou o Município pela iniciativa “Museu vai à escola”, dirigida aos alunos do 1.º Ciclo e questionou qual o balanço desta iniciativa e da agenda de Natal do Município, ainda em curso. _____

- **O Deputado Filipe Taveira** congratulou-se pelo facto de a Câmara Municipal conseguir renovar o galardão das autarquias familiarmente responsáveis e questionou o que representa para as famílias valencianas. Acerca do Conselho Consultivo Estratégico para o desenvolvimento do Concelho, questionou quais são as perspetivas e informação acerca da primeira reunião. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal iniciou a intervenção dizendo que acompanha o Dr. José Nogueira na suas alocações acerca da figura do Dr. Mário Soares. Quanto ao mencionado pelo Deputado Alberto Vilas disse que empresa “Cablerías” está em processo de insolvência. Foi agendada uma reunião com um dos administradores, Marcos Gonzalez, contudo não compareceu apesar de ter mostrado total abertura para a mesma. Entretanto, reuniram com os representantes dos trabalhadores, aos quais transmitiram a disponibilidade da Câmara para acompanhar a situação e apoiar os trabalhadores nas várias vertentes. Pelos trabalhadores foi-lhes dito que a empresa continuaria a laborar, pelo menos, até final do mês de janeiro. Continuarão a acompanhar o processo da empresa “Cablerías Manufacturing, Lda.”. Prosseguindo, respondeu à deputada Inês Ferreira, relativamente ao sinal rodoviário, junto à Escola Básica, na Rua 25 de Abril, que o mesmo é informativo, no sentido de alertar que a paragem naquele local deve ser rápida. Seguidamente, referiu que a opção de não iluminar o pinheiro natural foi por uma questão de preservação. De seguida referiu que, apesar de a circulação rodoviária na Avª. Tito Fontes ser alternada, existem outras alternativas. Mais disse tratar-se de uma obra de requalificação da rede de águas e saneamento e, não existindo um cadastro rigoroso, é necessário um trabalho mais minucioso. Relativamente à intervenção do Deputado Pedro Lemos, no que concerne à questão da iniciativa “Ponto Verde”, referiu que é uma campanha só para o vidro com candidatura de 47.000,00€, cuja participação do Município é de 45%. É uma parceria com os Escuteiros e Agrupamento de Escolas para a sensibilização de reciclagem. Prosseguindo, respondeu à deputada Paula Natal que a Comissão de Trânsito reuniu sobre vários assuntos, entre os quais a pouca visibilidade na aproximação na confluência da Rua Val Flores com a Avenida dos Bombeiros Voluntários com proposta para remoção de

arvoredo, contudo atentos às recomendações apresentadas foi decidido efetuar melhor avaliação. Em relação à intervenção do Deputado Sebastião Alves, referiu que o Conselho Consultivo Estratégico é composto por várias entidades de Valença e outras que como se pode compreender que dado o cariz do seu objeto todas as que de alguma forma sejam conetadas ao mesmo, como sendo Presidentes dos órgãos do Município, técnicos do Município do planeamento e desenvolvimento económico, Direção do Agrupamento e das Escolas Superior e Profissional, Academia de Musica, Empresários locais, Unidade Local de Saúde do Alto Minho, IEF, Segurança Social, da Fundação da Caixa Agrícola Noroeste, Interminho, Entidade Regional Porto e Norte, a Confederação Empresarial do Alto Minho, o Centro de Arbitragem, a Associação Empresarial de Valença e a de Viana do Castelo, Associação Rural do Vale Minho (ADRMINHO), Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, EURES Transfronteiriço, ACT e dois Presidentes de Junta. Quanto às várias alterações orçamentais, esclareceu que o executivo as aprovou mediante as necessidades de modificação orçamental. Prosseguindo, disse à deputada Débora Ferreira que o projeto pedagógico o “Museu vai à escola” é inovador e visa dar a conhecer o património, a história, a cultura e a identidade de Valença, incutindo nas crianças conhecimentos e experiências sobre o Concelho. Trata-se de uma iniciativa do Município em parceria com o Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho, contando com o apoio dos técnicos do Núcleo Museológico. Quanto às atividades natalícias informou que decorreram bem, conforme o previsto, seguindo-se, ainda, o evento na passagem de ano e finalizando com a Cavalgata dos Reis. Por último, respondendo ao Deputado Filipe Taveira, também em relação ao Conselho Consultivo Estratégico para Valença, disse que na primeira reunião discutiram o futuro do Antigo Colégio Português com apresentação do enquadramento do espaço. _____

Terminados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu nota das decisões tomadas em sede da reunião da última Comissão Permanente, tendo ficado decidido que os pontos quarto e quinto, sexta e sétimo, oitavo e nove, serão discutidos em conjunto e objeto de votação separada. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA ”

PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se registado as intervenções seguintes: _____

- **O Membro Inês Ferreira** questionou o Presidente da Assembleia Municipal se o referido sinal existe no Código de Estrada de Portugal e se faz parte do ensino para a circulação rodoviária. Relativamente à questão do auditório, lembrou o Presidente da Câmara que ficou por responder se se abriu um precedente para ceder, gratuitamente, este espaço para divulgação de projetos de empresas. Relativamente à Avenida Dr. Tito Fontes, questionou quem é que decidiu não a encerrar para o decurso das obras e se existe previsão para o término do estrangulamento da Rua do Jardim que dura há mais de 1 ano. Por último, quando é que se vão concretizar as obras na piscina municipal. _____

- **O Membro Luís Agra** referiu que sendo o Conselho Municipal da Juventude um órgão consultivo de importância estratégica, criado para promover a participação ativa dos jovens na definição e execução de políticas públicas, cuja instalação já ocorreu a 29/12/2023, qual o motivo da sua inatividade, quando entrará em funcionamento e que medidas serão tomadas para garantir o cumprimento do regulamento aprovado por esta Assembleia, no qual prevê pelo menos, quatro reuniões anuais. A ausência de reuniões significa que o Conselho Municipal da Juventude não tem contribuído para a definição de políticas municipais da juventude, a emissão de pareceres sobre o plano de atividade e o orçamento, a dinamização de debates e iniciativas relevantes, a articulação entre as associações juvenis e os órgãos

municipais. Apelou à sua atividade sugerindo a definição de um calendário de reuniões para o próximo ano. _____

- **O Membro Alberto Vilas** questionou, a propósito das contratações de recursos humanos, previstas nos compromissos plurianuais, para dar apoio aos vários equipamentos do Município se não existem quadros suficientes no mesmo e o motivo subjacente à decisão de concurso direto para a contratação em detrimento de prestações de serviços. Por último, questionou se haveria arquitetos no nosso Concelho ou nas redondezas para elaborar um projeto integrado de reabilitação da margem esquerda do Rio Minho e principais afluentes, cujo investimento é de 86.000,00€ (oitenta e seis mil euros). _____

- **O Deputado Pedro Lemos** referiu que está a favor da sensibilização à reciclagem, contudo considera avultado o valor de 20.000,00€ para publicar apenas quatro fotografias ou imagens na página do Município. _____

- **O Deputado Sebastião Alves** voltou a lamentar a falta de coragem para executar a ligação ao parque industrial da zona de Gandra próximo do nó da A3, cujo acesso devia ser lançado pela descida para a Ribeira da Formigosa. Quanto ao parque de caravanismo de Valença questionou dos desenvolvimentos e respetiva localização. _____

- **O Deputado Luís Brandão** agradeceu os postais de felicitações natalícias enviados por ambos órgãos do Município, retribuindo os votos de uma forma alargada, inclusivamente, aos Membros da Assembleia Municipal. Seguidamente questionou se já está concluído o projeto de conservação da Muralhas, se já existe informação quanto ao estado de estabilidade da infraestrutura, atento a que Câmara Municipal apresentou uma candidatura para instalar uma rede de monitorização com sensores na Muralha. Por último, bem como como é que está a pensar instalar o projeto “Fortaleza dos Pequenitos” na Coroadá. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal disse** ao Membro Inês Ferreira que os sinais quadrados são de informação, assim como a demarcação amarela significa proibição de ficar imobilizado dentro daquela área. Seguidamente, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal, respondendo à Deputada Inês Ferreira, disse que desde que o auditório seja solicitado a Câmara poderá autorizar conforme a natureza do propósito. Relativamente à Avenida Tito Fontes, a decisão de não encerrar foi no intuito de facilitar o trânsito, principalmente viaturas de grandes dimensões. As obras implicam quase sempre alguns constrangimentos, a proibição tornaria a circulação rodoviária muito mais complicada. Relativamente à Rua do Jardim, o estrangulamento que refere, deve-se ao edifício devoluto e que ameaça ruir. Espera que os proprietários resolvam, rapidamente, essa situação. Seguidamente referiu que, a piscina municipal será alvo de concurso público para a requalificação e beneficiação e eficiência energética, prevendo o início das obras para meados de 2025, em período de pausa letiva. Respondendo ao Deputado Luís Agra, acerca do Conselho Consultivo da Juventude, disse que já foi instalado apesar de terem existido dificuldades para a sua composição e que prevê que o respetivo regimento seja aprovado no início do próximo ano. A propósito reforçou que foi o atual executivo que quis implementar o Conselho Municipal da Juventude e portanto tem todo o interesse que reúna para da participação cívica dos jovens valencianos. Prosseguindo, respondendo ao Deputado Alberto Vilas reforçou que o executivo está a trabalhar no sentido da efetiva diminuição do número de contratos a recibos verdes, nomeadamente nas escolas, piscina e espaços museológicos. O projeto das margens do Rio Minho de Friestas até São Pedro da Torre trata-se de um projeto que exige celeridade e a intervenção de uma equipa técnica especializada na área do ambiente e paisagismo. Quanto ao mencionado pelo Deputado Pedro Lemos, relativamente à sensibilização para a reciclagem, referiu que o Executivo está a trabalhar nesse sentido. Relativamente à transição de combustíveis fósseis para o carro elétrico, estão aprovados cerca de 17 postos de

carregamento elétricos situados na zona urbana. Respondeu ao Deputado Sebastião Alves relativamente ao acesso ao parque empresarial de Valença que faltam adquirir terrenos para fazer a ligação da EN 13 à rotunda. Quanto ao parque de caravanismo, já concluíram o projeto e localizar-se-á entre a central de camionagem e o campo da feira. Seguidamente, em relação ao questionado pelo Deputado Luís Brandão referiu que, a Câmara Municipal abriu um concurso para a monitorização do pano da Fortaleza através de sensores já colocados em vários locais para a deteção de vibrações, fissuras ou inclinações. Assim como possuem um protocolo para acompanhar a valorização da Fortaleza. Quanto ao parque na Coroadá, designado de “Fortaleza dos Pequeninos” o executivo deu resposta a uma carência antiga e volta a ter dentro do centro histórico, decorridos 50 anos, um parque infantil, cujo investimento rondou os 70.000,00€ (setenta mil euros) e prevê-se a inauguração já em março/abril. _____

Terminados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra aos membros para a segunda ronda de intervenções, tendo intervindo os seguintes: _____

- **O Membro Inês Ferreira** na sequência da resposta do Presidente da Câmara, relativamente ao estrangulamento da rua do Jardim, disse que não se resolve com o pagamento das taxas pelos proprietários. A rua tem uma farmácia e um restaurante e todos merecem o mesmo tratamento. Por último, apesar de saber que o colega Luís Agra vai abordar o assunto novamente, referiu que esteve presente na instalação do Conselho da Juventude e o Corpo Nacional de Escutas não foi convidado tendo-lhe sido dito que não estava inscrito no Instituto Português da Juventude, contudo comprova-se através do documento que enviou para a Câmara Municipal precisamente o contrário. Espera que na próxima reunião, sejam convocados. _____

- **O Membro Luís Agra** interveio novamente para reforçar a sua intervenção anterior relativamente ao Conselho Municipal da Juventude solicitando informação acerca do motivo de ainda não ter reunido.

Terminada a **segunda ronda**, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal depreendeu que pelas novas intervenções provavelmente não se fez entender, pelo que esclareceu que as cedências do salão nobre dos Paços do Município são solicitadas e avaliadas conforme a finalidade dos pedidos, podendo ou não ser autorizados. Relativamente à questão do estrangulamento na rua do Jardim já deveria estar resolvida. De qualquer modo, a passagem dos veículos, está garantida e está devidamente sinalizado. Neste momento a única solução, para acelerar a resolução do problema é a Câmara tomar posse administrativa do edifício. Quanto à questão da instalação do Conselho Municipal da Juventude, respondendo, também, ao Deputado Luís Agra, disse que foi implementado para funcionar e que se o agrupamento dos escuteiros cumprir os requisitos, legalmente estabelecidos, será convocado. Brevemente, o conselho será convocado. _____

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal, num universo de 30 (**trinta**) **membros** apreciou:

- Informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro com o resumo da situação financeira do Município no dia 30/11/2024; _____
- Compromissos plurianuais assumidos entre 13/09/2024 a 16/12/2024; _____
- Listagem de empreitadas e projetos à data de 16/12/2024; _____
- Listagem dos processos judiciais pendentes em 16/12/2024 e o estado dos mesmos. _____
- Alteração do representante da sociedade Ribeiro, Pires & Sousa, SROC, Lda, fiscal único da Interminho, E.M. _____

AUSÊNCIA DE UM MEMBRO: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto ausentou-se o Diogo Mota. _____

PONTO 2 – ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA E REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Por proposta apresentada pela Câmara Municipal aprovada em sua reunião realizada no dia vinte e oito de novembro findo é presente os novos organograma da Câmara Municipal de Valença e Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. Termos em que o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, tendo-se registado as seguintes intervenções: _____

- **O Deputado Hernâni Natal** partilhou uma reflexão e apresentou um desafio com vista à modernização dos serviços municipais. Compreende que a gestão de um Município envolve decisões complexas, incluindo a contratação de recursos humanos para atender as crescentes demandas dos cidadãos, contudo é oportuno explorar situações inovadoras e sustentáveis pelo que propôs a realização de um estudo e eventual implementação de tecnologias de inteligência artificial, para a respetiva otimização. Traduzir-se-ia na redução de carga de trabalho das administrações permitindo aos colaboradores focarem-se e concentrarem-se em funções de maior valor estratégico, melhorar a eficiência no atendimento ao cidadão, oferecendo respostas mais rápidas e precisas. A adoção destas tecnologias não visa substituir o valor capital humano. Uma abordagem desta natureza poderá gerar poupança a médio e longo prazo, canalizando recursos para outras áreas prioritárias. _____

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para os necessários esclarecimentos. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o novo organograma e regulamento da organização dos serviços municipais visa maior flexibilização orgânica, qualidade e eficácia na ação de aproximação dos serviços aos cidadãos, cuja alteração assenta essencialmente no reforço das chefias intermédias de 4.º grau e na nova designação da antiga “Divisão do ambiente e infraestruturas”, para “Divisão de ambiente e desenvolvimento estratégico”. Relativamente à proposta apresentada pelo Deputado Hernâni Natal para a modernização administrativa, concorda com a implementação da inteligência artificial se efetivamente for um benefício no apoio administrativo, de maior eficácia e eficiência dos serviços. ____

Após discussão, procedeu-se à votação do ponto de forma individualizada. Termos em que, num universo de 29 (vinte e nove) Membros, obteve o resultado seguinte: _____

ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Votos contra:	0	(zero) _____
Abstenções:	1	(uma) Pedro Lemos _____
Votos a favor:	28	(vinte e oito) _____
Aprovado por	maioria a nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais e a fixação do número máximo de unidade orgânicas flexíveis e de subunidades, no âmbito do previsto nas alíneas a), c) e d) do Art.º 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro: _____	
	<ul style="list-style-type: none"> • Cinco (5) unidades flexíveis de 2º grau; _____ • Nove (9) unidades flexíveis de 3º grau; _____ • Sete (7) unidades flexíveis de 4º grau; _____ • Dez (10) Subunidades. _____ 	

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Votos contra:	0	(zero) _____
Abstenções:	1	(uma) Pedro Lemos _____
Votos a favor:	28	(vinte e oito) _____
Aprovado por	maioria o regulamento da organização dos serviços municipais. _____	

PRESENÇA DE UM MEMBRO: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto regressou Diogo Mota.

PONTO 3 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2025, NORMAS DE EXECUÇÃO E MAPA DE PESSOAL PARA 2025

Presente o ponto relativo à proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, normas de execução orçamental e mapa de pessoal para 2025 aprovada pelo órgão executivo no dia seis de dezembro corrente, foi dada a palavra aos membros para as suas intervenções, tendo intervindo: _____

- **O Deputado José Nogueira** relativamente ao orçamento para 2025 e as GOP contemplam alguns importantes avanços em termos sociais, de habitação, famílias, por exemplo, o reforço em 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) para a requalificação da rede viária das freguesias e a atribuição à transferência para as freguesias de 1.250.000,00€ (um milhão duzentos e cinquenta mil euros). No exercício do direito da audição à oposição, reiterou a introdução da taxa turística e estudo da viabilidade de introdução de uma taxa de entrada nas muralhas, para não residentes e/ou não naturais do nosso Concelho, assim como sensibilizar para criar uma creche 24 horas na zona industrial, dar andamento a um centro de noite para idosos e aproveitar o transporte dos estudantes para os transportes também quando circulasse vazio. Sugeriu que o gabinete de apoio a migrantes incorporasse o atendimento a imigrantes de todas as nacionalidades, pois 10% da população do Concelho são imigrantes, bem como dar impulso ao Parque da Cidade, recurso a uma parceria público-privada para implementar um parque de campismo com *bungalows*, que possam servir, em caso de calamidade, como casas de retaguarda. Trata-se de investimento mínimo 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) que não está ao alcance da Câmara. Mais, a não conseguirem as Urgências 24 devem pugnar por alternativas, pois sendo o SNS imprescindível não consegue dar respostas rápidas aos problemas, que poderão sanar-se com a introdução de um seguro gratuito de saúde para todos os valencianos e valencianas permitindo a realização de consultas em todas as especialidades médicas, exames complementares de diagnóstico e exames clínicos. É um documento que apesar de não contemplar tudo que pretendiam para Valença foi negociado e foram ouvidos relativamente às aspirações e a receptividade foi boa. Apesar de não ser um orçamento deslumbrante é melhor que os anteriores quanto à proximidade humana e obras físicas, abster-se-á. _____

- **O Membro Alberto Vilas** referiu que o orçamento é o depósito daquilo que se pretende fazer ao longo do ano. Tem uma história diferente dos anteriores, uma vez que a primeira proposta apresentada em sede de reunião de Câmara não era exatamente a que hoje estão a analisar, porque foi rejeitada pela maioria dos seus vereadores, levando a ser encetadas reuniões que deram lugar a que alguns elementos estejam vertidos no documento agora em apreço. Relativamente ao orçamento e às Grandes Opções do Plano, solicitou esclarecimentos quanto à necessidade um investimento de 120.000€ (cento e vinte mil euros) com diferenciação entre o *marketing*, a divulgação e a promoção, assim como acerca dos 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros) para a aquisição de um *software* informático. Relativamente à construção da creche no parque empresarial de Valença, questionou se a gestão será feita pelo Município ou em parceria com alguma IPSS. Prosseguindo, referiu que não será possível executar 4.100.000,00€ (quatro milhões e cem mil euros) de construção de habitação social ao abrigo do 1.º direito, contudo entende que há candidaturas a salvaguardar. Por outro lado, verificam-se verbas muito reduzidas para aquisição de imóveis, para o apoio às famílias em emergência social. Prosseguindo, em relação à despesa de capital, que é a regeneração urbana e planeamento do território, questionou onde está o equilíbrio entre as freguesias e qual foi o critério de distribuição harmoniosa em termos de construção física nas freguesias atento à verba de mais de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) afeta para obras na freguesia sede do Concelho. Por último, para eventos culturais, desportivos e turísticos para serviços, estão previstos mais de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) em aquisição de serviços. _____

- **A Deputada Inês Ferreira** referiu que comprovou que a ata da reunião de Câmara, de facto, foi enviada por *e-mail*, ontem ao final da tarde, contudo poderiam ter mandado um SMS. Em relação à

questão da segurança, questionou porque motivo o Município ainda não tomou diligências no sentido de colocar videovigilância nas ruas à imagem à semelhança de outros Municípios, como Faro, Portimão e Olhão. Os assaltos sucedem-se e as autoridades têm dificuldade em aceder a imagens que possam identificar os infratores. Relativamente ao banco de voluntários, que surge no relatório dos orçamentos apresentados pela Câmara, questionou quantos elementos existem no mesmo, a avaliação que fazem desta iniciativa e se vale a pena ou não manter este banco de voluntariado a surgir sistematicamente nos orçamentos. Seguidamente, questionou, atenta a que, neste orçamento, surge que a casa mortuária de Valença vai ser uma realidade em parceria com a paróquia de Valença, onde irá ser implantada. Lamentavelmente Valença ainda não possui casa mortuária comparativamente às restantes freguesias do concelho. Mais, não há subsídios às comissões de festas das nossas paróquias, das nossas freguesias, porque não estão constituídos como associação então como é que se subsidia um valenciano para realizar um evento da festa da sangria, assim como sugeriu que quando forem marcados eventos não colidam com os das freguesias como sucedeu com o Festival Contrasta, que colidiu com a Festa do Senhor dos Esquecidos. Finalizou a intervenção a referir que no orçamento é dito que o órgão consultivo de eleição para a definição de políticas de juventude é o Conselho Municipal da Juventude o que a levou a questionar como é que definiram políticas para 2025, neste âmbito, sem o ter auscultado considerando ser um órgão de eleição pela Câmara Municipal para a definição de políticas de juventude. _____

- **O Deputado Pedro Lemos**, considerando que a segurança e ordem pública são vitais, bem como a continuação do investimento na videovigilância, questionou se vai ser um novo sistema e se vai funcionar, se os munícipes vão poder sentirem-se mais seguros. _____

- **O Deputado Luís Brandão** referiu que um orçamento é sempre alvo de alguma subjetividade, contudo considera que espelha uma visão estratégica para o território e começa a ter reflexo no exercício da Câmara, no sentido de criar condições para captar fundos nos diversos quadros comunitários disponíveis. Recorrer a financiamento obriga a cumprir uma série de regulamentos. Este orçamento para 2025 já reflete verbas captadas e outros projetos em condições de apresentar candidaturas que a serem na fase final do atual quadro comunitário acabam por permitir a elegibilidade. Felicitou o Município porque desta forma conseguirá captar verbas mais avultadas do PDR, PRR e do programa 2030, o que por si se traduz em fundamental para um território com uma produção, recursos e receitas próprias que possam permitir ao Município desprezar oportunidades. Trata-se de um orçamento resultado de um exercício partilhado entre toda a vereação e todas as forças políticas demonstrando que a democracia funcionou. _

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que foi dado cumprimento ao Estatuto do Direito da oposição e neste contexto foram ouvidos os partidos que se fizeram representar, contudo o PSD não levantou objeções nem apresentou propostas, o Fortalecer Valença não compareceu, portanto sem qualquer contributo e o Nós Cidadãos compareceu e apresentou propostas, algumas vertidas na versão final do documento. Efetivamente, aquando da apresentação a proposta inicial de orçamento em sede de reunião de Câmara no dia, no dia 28 de novembro findo, o PSD e o Fortalecer Valença votaram contra a proposta do Orçamento e GOPs para 2025, chumbando o documento para o qual não apresentaram qualquer contributo. A população, obviamente, não se reviu nesta posição da oposição, porque entendem que seria penalizadora para Valença e para os Valencianos e nesse contexto o Executivo, tendo em conta o superior interesse de Valença e dos Valencianos, agendou, de imediato, reunião com os Vereadores da oposição para alcançar uma solução de consenso, na qual estiveram presentes os vereadores Rui Rodrigues e Manuel Lopes. Foram ajustados algumas verbas que proporcionaram a redução do orçamento de 35.000.000€ (trinta e cinco milhões de euros) para 33.500.000€ (trinta e três mil e quinhentos euros), designadamente revendo em baixa o orçamento para habitação social. Portanto, convém desmistificar alguns argumentos. Houve um pequeno reajustamento e a proposta de orçamento,

na reunião seguinte, foi aprovada com a atenção da oposição. De facto é o maior orçamento municipal de sempre. O orçamento é um documento elaborado de acordo com as normas legais e regras provisionais definidas no POCAL e em consonância com os princípios que regem a atividade autárquica, nomeadamente o equilíbrio, a transparência, a estabilidade orçamental e o rigor, procurando cumprir as prioridades e objetivos assumidos pelo Município. Prevê a execução e várias obras com recurso a candidaturas. Quanto ao Parque da Cidade ou Parque Biológico da Sra. Da Cabeça, informou que a Câmara está a adquirir terrenos para posteriormente elaborar um projeto. Relativamente às considerações feitas pelo Deputado Alberto Vilas quanto a investimentos com *software*, referiu que Valença é das autarquias do Alto Minho mais atrasada nesta área. A construção da creche é da responsabilidade do Município e a gestão será de uma IPSS. No apoio às famílias tem de ser analisado de uma forma transversal, porque no apoio social as famílias estão incluídos vários parâmetros, tais como a atribuição de bolsas de estudo, loja social, habitação social. Aliás, recentemente o Município recebeu uma distinção de um dos concelhos que mais apoia as famílias. Quanto à regeneração urbana, disse que na área urbana de Valença ainda há muito por fazer. No que concerne à verba atribuída para promoção e divulgação do Município é mais baixa do que no passado. Relativamente à questão das freguesias, como podem verificar da proposta acordo de apoio, relativamente a outras obras nas freguesias são suportadas pelo Município cujo o critério de atribuição é o que se considerou mais adequado, podendo ser objeto de futuras revisões. Voltou a referir à Deputada Inês Ferreira que a videovigilância dentro da Fortaleza já está a funcionar. Fora deste espaço também pode haver videovigilância, mas da iniciativa da GNR, com o apoio da Câmara. Quanto aos biorresíduos, informou que a recolha já foi iniciada dentro da Fortaleza. Relativamente à casa mortuária, há um compromisso verbal para ser junto à Capela dos Esquecidos. Estão a avançar com um projeto para requalificar aquela zona. No que concerne à intervenção do Deputado Luís Brandão, reforçou a intervenção deste quanto à elaboração de projetos, preparação e aprovação de candidaturas, execução de obras. Pretendem fazer de Valença uma terra melhor para viver, trabalhar, estudar e visitar. Espera que em 2026 a Fortaleza de Valença seja considerada Património Cultural de Humanidade da UNESCO. A Empresa Municipal adquiriu mais alguns terrenos no parque empresarial. A expectativa em 2035 é que Valença possa ultrapassar os 15.000 habitantes, contudo é necessário e vital atrair e criar mais e melhor emprego com a atração de empresas. Quanto aos investimentos na cultura, no turismo, no desporto, querem conjugar a inovação com a tradição, tornando Valença cada vez mais atrativa. Tem varias prioridades, uma delas é a aposta na educação e na cultura como garantia de um futuro melhor para o Concelho. Outra prioridade é a promoção da coesão social e territorial, designadamente com o investimento junto ao Rio Minho, através de uma candidatura que irá abranger varias freguesias do concelho. Também tem dado apoio às coletividades para desenvolver as suas ações e atingir os seus objetivos, como por exemplo ao Sport Clube Valenciano que é uma associação centenária e precisa de um apoio reforçado. Em suma, têm que ser ambiciosos e rigorosos na estratégia de qualificar e valorizar Valença. _____

Terminados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra para a segunda à ronda, tendo-se inscrito: _____

- **O Deputado José Nogueira** disse que se opõe à videovigilância por coartar os direitos dos cidadãos. Ficou agora a saber que a Comissão Nacional de Proteção de Dados já aprovou essa videovigilância, contudo, não concorda, pois é um investimento contra a liberdade das pessoas. Terminando a questionar qual foi o incremento da criminalidade em Valença. _____

- **O Membro Alberto Vilas** referiu que toda a sua intervenção baseou-se em documentos que originaram alterações ao orçamento, que o Presidente procura, de alguma forma desvalorizar. As alterações podem não ter sido expressivas em termos de valor, contudo teve uma redução de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros). Esta redução surgiu no seguimento do chumbo do orçamento por parte da oposição, levando a estar previsto nesta versão agora apresentada 1.500.000,00€ para as restantes

freguesias que não sejam a urbana, que se não fosse o trabalho destes não estaria prevista. Não podem ser prejudicadas, pelo facto de não serem urbanas. É exatamente um instrumento estratégico como o orçamento que cria equilíbrios. O trabalho dos vereadores foi aceite pela maioria e aprovado, veio trazer algum equilíbrio nessa área. É um trabalho normal, estranhando nunca ter sido feito até ao momento quando são os vereadores que têm o primeiro voto neste documento. Seguidamente, referiu que não ele que disse que não ia cumprir 33.000.000,00€ de orçamento, mas sim o Presidente da Câmara, José Manuel Carpinteiro. Relativamente ao orçamento, no campo da Despesa, verifica-se que verba s designadas como “outros” que normalmente se põe no final das várias rubricas, para alguma coisa que possa surgir, no entanto existem muitos outros com verbas significativas num orçamento de 33.000.000,00€, designadamente “outros – 253.000,00€”, “outros – 2.367.000,00€”, “outros – 222.000,00€”, “outros – 30.000,00€”, “outros – 897.000,00€”, “outros – 1.246.000,00€”, “outros 853.000,00€”, “outros – 720.000,00€”. Seria razoável alguma transparência. _____

- **O Membro Inês Ferreira** referiu ao Presidente da Câmara que falar com as IPSS's depois da construção da creche na zona industrial é andar com o processo ao contrário, sugerindo primeiramente a verificação da IPSS disponível. Quanto à videovigilância disse que a GNR está a fazer o que lhe compete nesta matéria e em nada interfere na liberdade. _____

- **O Deputado José Nogueira** referiu à sua antecessora que a videovigilância tem regras e que tem de ser devidamente aprovada, questionando da percentagem de aumento de criminalidade, nos últimos anos, em Valença. _____

- **O Membro Inês Ferreira** respondeu que noutros tempos não fazia falta nem chave nas casas nem videovigilância, o que não sucede hoje em dia que fazem falta ambas, pois os assaltos acontecem à luz do dia. _____

- **O Deputado Pedro Lemos** fez reparo, relativamente ao chumbo do primeiro orçamento e ao facto de o Presidente da Câmara ter dito que as pessoas de Valença estavam descontentes com a situação, lembrando que o PS ganhou as eleições, não com a maioria em Valença. Portanto foi uma sondagem mínima, pois pelas sondagens que faz é que as pessoas também estão descontentes com este Executivo, apesar de dizerem que é melhor que o anterior, mas que é muito virado para as festas. Seguidamente, mencionou que o preocupa e estranhou que quando o Presidente diz que vai contratar mais equipas de apoios nas escolas ao mesmo tempo refere que não há dinheiro para recursos humanos. Quanto à meta de fixação de 15.000 habitantes disse não ser difícil em Valença. Em relação às câmaras de filmar, não entende o motivo da continuidade do investimento na videovigilância, uma vez que só a GNR é que pode autorizar. A nível de segurança, o Município poderia ter mais alternativas além da videovigilância, apesar de a considerar dissuasora de mais assaltos. _____

- **O Deputado Luís Brandão** mencionou que relativamente à segurança o Município deve fazer tudo aquilo que for necessário para que os cidadãos se sintam seguros, seja através de câmaras de videovigilância ou com mais patrulhamento de proximidade. Os particulares estão a aderir ao sistema por uma questão de conforto e porque conseguem acompanhar o seu património à distância. O importante é cumprir a lei e as regras previstas e definidas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados. Seguidamente, a propósito da quantidade de alterações orçamentais produzidas este ano, disse que espera que para 2025 se produzam mais em consequência de múltiplas aprovações de candidaturas e que seja preciso reforçar, de facto, a receita e a despesa, e que a verba de 1.500.000€ (um milhão e quinhentos mil euros) retirada neste orçamento venha a ser possível novamente para executar aquilo que estava inicialmente previsto, na integralidade das candidaturas e, eventualmente, até com reforço. O importante é pensar o território, programar e planear tudo o seja de interesse para o Concelho, cabendo ao Município enquanto entidade responsável por catalisar o interesse comum, conseguir elaborar as candidaturas e projetos que garantam ao território a captação do máximo de receita. Aliás, considera que a Câmara

devia, num futuro próximo, olhar para as freguesias não tanto na perspetiva de as dotar com recursos diretos, mas de as ajudar na apresentação de propostas e captação de receitas provenientes de fontes de financiamento, disponibilizando para o efeito os serviços técnicos da Câmara como suporte na preparação.

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara para os necessários esclarecimentos.

O Presidente da Câmara Municipal reforçou a intervenção do Deputado Luís Brandão no sentido de programar e planear o território. Todos estão imbuídos em fazer o melhor por Valença e para os valencianos independentemente das opções. Prosseguindo, disse ao Deputado José Nogueira que a videovigilância dentro da Fortaleza faz sentido pela riqueza patrimonial e sobretudo por ser um espaço fechado. Concordou com a deputada Inês Ferreira quanto à atual insegurança face ao passado. Em relação à intervenção do Deputado Alberto Vilas, disse que a avaliação do documento deve ser feita na íntegra, não descuidando que quando se faz a leitura de “outros”, valor de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), está descrito com diversas rubricas e devidamente detalhado. O referido orçamento está apresentado de forma rigorosa e transparente. Quanto ao valor de 1.500.000€ (um milhão e quinhentos mil euros) para a rede viária municipal, como “não definido” significa que é necessário conseguir verbas para o efeito. Como é do conhecimento geral, há muitos anos que não há financiamento para rede viária e que a executar-se terá de ser através de receitas próprias do Município ou com recurso a crédito para as financiar e todos os vereadores referiram a disponibilidade para aprovar o financiamento. Relativamente à questão da creche mencionada pela Deputada Inês Ferreira, disse que antes da obra iniciar, não faz sentido, recorrer a nenhuma IPSS. Relativamente ao Deputado Pedro Lemos, disse que a Câmara não tinha nenhum problema em gerir o orçamento em duodécimos. No entanto, não seria nada benéfico para Valença porque não se poderia iniciar projetos, assim como para alguns recursos humanos contratados cujo término estava à vista, sem possibilidade de renovação. Para o bem de Valença e dos Valencianos, o orçamento e as grandes opções para 2025 foram aprovados pela Câmara Municipal.

Após discussão, procedeu-se à votação do ponto em apreço, de forma individualizada. Termos em que obteve o resultado seguinte:

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2025

Uníverson	30 (trinta)
Votos contra:	1 (um)
Abstenções:	9 (nove) José Nogueira, Paula Natal, Alberto Vilas, Pedro Lemos, Luís Agra, Hernâni Natal, Liliana Cerqueira, Francisco Romeu, Sebastião Alves.
Votos a favor:	20 (vinte) restantes
Aprovado por	maioria o orçamento e grandes opções do plano para 2025.

NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Uníverson	30 (trinta)
Votos contra:	0 (zero)
Abstenções:	0 (zero)
Votos a favor:	30 (trinta)
Aprovado por	unanimidade as normas de execução orçamental.

MAPA DE PESSOAL

Universo	30 (trinta) _____
Votos contra:	0 (zero) _____
Abstenções:	0 (zero) _____
Votos a favor:	30 (trinta) _____
Aprovado por	unanimidade o mapa de pessoal para 2025. _____

Por último, foi deliberado, por unanimidade, não transcrever na ata os aludidos documentos, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto–Lei número 334/82 de 19 de Agosto. _____

PONTO 3 – REGIME DE INCENTIVOS PARA O ANO 2025

PONTO 4 – APOIO AO INVESTIMENTO NAS FREGUESIAS PARA 2025

Presente os pontos 3 e 4 lembrou o que já informou no início da sessão que serão objeto de discussão conjunto e de aprovação em separado. Termos em que o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos intervenientes: _____

- **O Deputado José Nogueira** referiu que vota a favor dos dois pontos, contudo no que diz respeito ao apoio ao investimento nas freguesias, lamenta que as verbas não sejam atribuídas às freguesias por montante igual, uma vez que ao haver discriminação entre menos de 1000 eleitores, mais de 1000 eleitores, origina a que as assimetrias se estendam e as grandes freguesias poderiam perfeitamente prescindir do valor a mais que lhes toca, em favor das demais. _____

Terminada a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal referiu que o regime de incentivos para o ano de 2025 é semelhante ao de 2024. Tem por objetivo fomentar maior dinamismo económico e a criação de ambiente mais favorável ao investimento. Relativamente às Juntas de Freguesia disse que apesar de concordar com a questão de uma revisão aos critérios, os critérios são sempre subjetivos. No ano passado, chegaram a este consenso, que foi dos 650.000,00€ (seiscentos e cinquenta mil euros) a distribuir pelas freguesias para investimento, sendo 64.000,00€ (sessenta e quatro mil euros) para as freguesias com mais de 1000 habitantes e 55.000€ (cinquenta e quatro mil euros) para as freguesias com menos de 1000 habitantes. A acrescer a esta atribuição, o Município transfere cerca de 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) para despesas correntes e todas as freguesias. E ainda um trabalhador do Município que pressupõe uma despesa de cerca de 200.000,00€ (duzentos mil euros) anuais. _____

REGIME DE INCENTIVOS PARA O ANO 2025:_ Num universo de **30 (trinta)** Membros, a Assembleia Municipal tomou a seguinte deliberação:

Votos contra:	0 (zero) _____
Abstenções:	0 (zero) _____
Votos a favor:	30 (trinta) _____
Aprovada por	unanimidade , no âmbito das competências atribuídas ao município pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, os seguintes incentivos para 2025: 1 – Empreendimentos Turísticos i) As operações urbanísticas relativas à construção de novos empreendimentos turísticos ou revitalização, alteração e ampliação de existentes, beneficiam de uma redução de 50% nas taxas da emissão do alvará de licença

	<p>ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do Regulamento Municipal de Taxas da Urbanização e Edificação (RMTUE), da Taxa Municipal da Urbanização (TMU) e das compensações devidas por aplicação do regime de cedências;</p> <p>ii) As operações urbanísticas de alteração de utilização de edifícios existentes e alojamentos locais existentes, para empreendimentos turísticos, beneficiam de isenção de todas as taxas do RMTUE;</p> <p>iii) Todas os empreendimentos turísticos terão uma agilização e acompanhamento dos procedimentos administrativos.</p> <p>2 – Acolhimento Empresarial</p> <p>As operações urbanísticas de construção de novas unidades empresariais/industriais, ou de ampliação de existentes localizadas em solo e zonas industriais beneficiam de:</p> <p>i) Redução de 50% nas taxas da emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do RMTUE, da TMU e das compensações devidas pela aplicação do regime de cedências.</p> <p>3 – Fixação Populacional</p> <p>3.1 – Operações de loteamento e edifícios com impacto semelhante a loteamento, na parte destinada a habitação, beneficiam de:</p> <p>i) Redução de 50% no valor das compensações devidas por aplicação do regime de cedências;</p> <p>3.2 – Habitação própria e permanente</p> <p>As operações urbanísticas de construção, reconstrução, ampliação e alteração de moradias unifamiliares, destinadas a habitação própria e residência permanente do requerente, nas freguesias não incluídas na redução de taxas previstas no nº2 do artigo 5º do Regulamento Municipal de Taxas da Urbanização e Edificação, beneficiam de:</p> <p>i) Redução de 30% nas taxas da emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do Regulamento Municipal de Taxas da Urbanização e Edificação (RMTUE) e da Taxa Municipal da Urbanização (TMU).</p> <p>4 – Reabilitação do Centro Histórico</p> <p>Os procedimentos relativos a operações urbanísticas de reabilitação, alteração e ampliação de edifícios, inseridas na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, beneficiam de:</p> <p>i) Isenção nas taxas da emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do Regulamento Municipal de Taxas da Urbanização e Edificação (RMTUE), da Taxa Municipal da Urbanização (TMU) e das compensações devidas por aplicação do regime de cedências;</p> <p>ii) Serviço de arqueologia, mediante a disponibilidade de datas do técnico de arqueologia do município e nas condições referidas no nº6.8.</p> <p>iii) Demais reduções e incentivos previstos na Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do Centro Histórico de Valença.</p> <p>5 – Empreendimentos de interesse municipal</p> <p>5.1 – Os empreendimentos de interesse público municipal, como tal reconhecidos pela Assembleia Municipal, beneficiam da isenção do pagamento de taxas da tabela do RMTUE, da TMU e das compensações, bem como a dispensa de caução na liquidação de taxas e para as obras de urbanização.</p> <p>6 – Entrada em vigor e âmbito de aplicação</p> <p>6.1 – O Regime de Incentivos 2025 entra em vigor no primeiro dia útil do mês de janeiro de 2025;</p> <p>6.2 – O presente regime é válido apenas para o ano de 2025 e aplica-se às taxas cujo pagamento seja efetuado até 31 de Dezembro de 2025.</p> <p>6.3 – O presente regime aplica-se aos processos iniciados na sua vigência, bem como aos processos pendentes ou que ainda não tenham liquidado</p>
--	---

	<p>as respetivas taxas.</p> <p>6.4 – O presente regime não se aplica às legalizações, nem às taxas relativas a procedimentos administrativos que não decorram diretamente do licenciamento ou comunicação prévia.</p> <p>6.5 – No caso da habitação própria e permanente (ponto 3.2), a redução prevista no presente regime inclui as construções anexas e complementares da habitação, quando incluídas no mesmo processo da habitação. A redução não se aplica a essas construções complementares e anexas quando apresentadas em processos autónomos.</p> <p>6.6 – Os alojamentos locais, em todas as suas modalidades – apartamento, moradia e estabelecimentos de hospedagem, não são equiparados a empreendimentos turísticos para aplicação do presente regime, pelo que não beneficiam dos incentivos prevista no nº1.</p> <p>6.7 – Os pedidos são iniciados com apresentação de requerimento próprio, do qual não é cobrada taxa na sua apresentação, e declaração de compromisso do requerente, na qual declara que cumpre os requisitos para beneficiar do presente regime e se compromete manter os requisitos e condições que determinaram a concessão dos incentivos por um prazo mínimo de 5 anos.</p> <p>6.8 – A conceção do serviço de arqueologia gratuito, é concedido apenas mediante disponibilidade de datas do técnico de arqueologia do município, e por ordem de entrega dos elementos para o PATA no serviço de Arqueologia. Em caso de indisponibilidade ou incompatibilidade de datas com o técnico de arqueologia do município, o requerente terá que recorrer a serviços privados a expensas suas. _____</p>
--	--

APOIO AO INVESTIMENTO NAS FREGUESIAS PARA 2025: _Num universo de **30 (trinta)** Membros, a Assembleia Municipal tomou a seguinte deliberação:

Votos contra:	0 (zero) _____
Abstenções:	0 (zero) _____
Votos a favor:	30 (trinta) _____
Aprovada por	Unanimidade o acordo de apoio ao investimento nas freguesias para o ano 2025 e respetivo valor anual de apoio financeiro. _____

PONTO 6 - PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL

PONTO 7 – PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

Presente os pontos 6 e 7 lembrou o que já informou no início da sessão que serão objeto de discussão conjunto e de aprovação em separado. Termos em que o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos intervenientes: _____

- **O Deputado José Nogueira** referiu que votam favoravelmente os dois pontos. A propósito do ponto 6 referiu que existe um regulamento da chave de honra da Vila de Valença que ainda só tem os três castelinhos e que poderia também ter sido alterado. _____

- **O Membro Luís Agra** questionou, atento a que nas bolsas de estudo são avaliadas as dificuldades financeiras das pessoas, o motivo da atribuição de 5% ao currículo dos estudantes. _____

- **A Deputada Paula Natal**, em relação ao projeto de regulamento de atribuição de medalha de mérito municipal, questionou se com o novo regulamento, as entidades e as pessoas já agraciadas poderão ser

novamente. Concorde que as pessoas que têm realmente mérito sejam agraciada e enquanto estão vivas. Seguidamente, felicitou os atletas das várias modalidades desportivas existentes em Valença, manifestando o orgulho em ter tantos talentos e bons atletas, assim como, felicitou a Inês, o Martim, o Vicente, pelas suas admissões em grandes escolas de Música, em Londres. Valorizar valencianos e os jovens valencianos pois são o futuro de amanhã. Entretanto, referindo-se ao projeto de alteração ao regulamento das bolsas de estudo verificou algumas inconformidades e deverá ser analisado, tendo sugerido mais recursos humanos a analisar a atribuição de bolsas de estudo. _____

- **O Deputado Luís Brandão** disse não se enquadrar neste ponto parte da intervenção anterior. Relativamente ao projeto do regulamento de atribuição das medalhas Municipais, referiu que é relevante a atribuição de graus, contudo sugeriu que no futuro integrasse a chave de honra ficando um regulamento único de honras e condecorações. Relativamente ao projeto de regulamento de bolsas de estudo, congratulou-se pelo facto de com esta revisão se ter alargado a todos os graus de ensino que era uma lacuna do regulamento anterior. _____

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para os necessários esclarecimentos, o qual referiu que registou as sugestões apresentadas pelos deputado José António Nogueira e Luís Brandão. Quanto à alteração ao regulamento das bolsas de estudo o objetivo foi de alargar o âmbito da atribuição e disse ao Deputado Luís Agra que integrar o *currículum* faz sentido na medida em que devemos incentivar os alunos ao estudo e à participação na comunidade. _____

Terminada a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da **segunda ronda**. _____

- **A Deputada Paula Natal** interveio para dizer ao deputado Luís Brandão que a valorizar os nossos jovens valencianos engloba-se neste ponto. _____

Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, não efetuado qualquer intervenção. Termos em que colocou os pontos a votação.

PROJETO DE REGULAMENTO DA ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL_ A Assembleia Municipal apreciou e colocou à votação o referido documento que num universo de 30 (**trinta**) **Membros** tomou a seguinte deliberação: _____

Votos contra	0	(zero) _____
Abstenções	0	(zero) _____
Votos a favor	30	(trinta) _____
Aprovada por	unanimidade , alteração ao Regulamento de Atribuição da Medalha Municipal. _____	

PROJETO DE REGULAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDO – ALTERAÇÃO:_ A Assembleia Municipal apreciou e colocou à votação o referido documento que num universo de 30 (trinta) **Membros** tomou a seguinte deliberação: _____

Votos contra	0	(zero) _____
Abstenções	1	(uma) Hernâni Natal _____
Votos a favor	29	(vinte nove) dos restantes _____
Aprovada por	maioria, alteração ao regulamento de Atribuição das Bolsas de Estudo. _____	

PONTO 8 – DESIGNAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIRIGENTES DE 4º GRAU

PONTO 9 - AMAMINHO, PROTEÇÃO CIVIL, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO MINHO – PROTEÇÃO CIVIL

Presente os pontos 8 e 9 lembrou o que já informou no início da sessão que serão objeto de discussão conjunto e de aprovação em separado. Termos em que o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos intervenientes: _____

- **O Deputado Alberto Vilas** interveio acerca da extinção da Amaminho. Foi criada em julho de 2019, cujo objeto era a criação de um centro de Proteção Civil para os Municípios de Valença e Vila Nova de Cerveira, a instalar no aeródromo de Cerval. Eventualmente, outros Municípios também poderiam, depois, fazer parte do mesmo, mas nada foi feito durante esse tempo, desde 2019 até 2024. Na mesma argumentação para a extinção desta Amaminho, refere-se que em 2022 foi criada a Aeroplanum, que segundo a sua designação e objeto da sua existência nada tem a ver com a Proteção Civil, mas sim exclusivamente com a gestão do aeródromo de Cerval. Quanto à Aeroplanum criada em 2022, o que é que já foi feito até à presente data. _____

- **Sebastião Alves** questionou se os procedimentos concursais que se pretendem fazer de 4.º grau, se são só para internos ou se são abertos também para candidatos externos. _____

Terminada a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da **segunda ronda**. _____

- **O Deputado Luís Brandão** interveio para referir que a Amaminho nunca funcionou porque o modelo que esteve na origem da sua constituição, não respeitava já em 2019, aquilo que eram as normas e as regras da Proteção Civil, cuja estrutura que não se enquadrava pois agrupou as equipas de sapadores da Cerveira e Valença numa instalação do aeródromo. Como diz a informação técnica existem uma série de obrigações decorrentes, pela sua natureza jurídica, que não justifica a sua existência. Felicitou o Município pela iniciativa porque permitiu instalar as equipas de sapadores num sítio com uma base com condições de funcionamento. _____

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** o qual disse que Amaminho, desde 2019, nunca teve qualquer registo de atividade. O próprio Tribunal de Contas questionou o motivo de esta associação não ter atividade. Em 2021, tentaram reativar esta associação e não foi possível pelo facto de o modelo para o qual foi criada não ter sido o mais adequado. A equipa de sapadores de Valença e de Vila Nova de Cerveira continuam nas instalações do CERVAL. Relativamente à Aeroplanum, é uma associação criada, sobretudo, para a gestão do aeródromo. A Câmara Municipal de Valença celebrou com os baldios de Chamosinhos um contrato por 75 anos para a cedência de terrenos. Esta associação está a elaborar projetos para obter a certificação. Por fim, respondendo ao Deputado Sebastião Alves disse que os procedimentos concursais para chefias de 4.º grau serão internos e externos.

Terminadas os esclarecimentos, passaram à votação dos pontos 8 e 9. _____

DESIGNAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DIRIGENTES DE 4º GRAU_A Assembleia Municipal, num universo de 30 (trinta) Membros:

Votos contra	0	(zero) _____
Abstenções	0	(zero) _____
Votos a favor	30	(trinta) _____
Aprovada por	<p>unanimidade a constituição do júri de recrutamento para os seguintes procedimentos concursais para o cargo de dirigente intermédio de 4.º grau:</p> <p>a) Gestão de Recursos Humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Presidente: Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Vereadora com o pelouro dos Recursos Humanos; ➤ Vogais: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral, que substitui o Presidente e Carlos Alberto Puga Carvalhido, dirigente intermédio de 3.º Grau de Jurídico e Contencioso; ➤ Suplentes: Arlindo Amorim de Sousa, Vereador e Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe de Divisão Económica e Financeira. <p>b) Aprovisionamento e Contratação Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Presidente: Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Vereadora com o pelouro dos Recursos Humanos; ➤ Vogais: Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe de Divisão Económica e Financeira, que substitui o Presidente e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral; ➤ Suplentes: Arlindo Amorim de Sousa, Vereador e Sílvia Cristina Correia Alvarinho, dirigente intermédio de 3.º Grau de Contabilidade, Gestão e Património. <p>c) Património Arquitetónico e Arqueológico</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Presidente: Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Vereadora com o pelouro dos Recursos Humanos; ➤ Vogais: Vítor Manuel Pires de Araújo, Chefe da Divisão de Urbanismo e Planeamento, que substitui o Presidente e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral; ➤ Suplentes: Arlindo Amorim de Sousa, Vereador e Luís Filipe Sousa Guimarães, dirigente intermédio de 3.º Grau de Gestão Urbanística. <p>d) Sistemas de Informação Geográfica</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Presidente: Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Vereadora com o pelouro dos Recursos Humanos; ➤ Vogais: Vítor Manuel Pires de Araújo, Chefe da Divisão de Urbanismo e Planeamento, que substitui o Presidente e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral; ➤ Suplentes: Arlindo Amorim de Sousa, Vereador e Luís Filipe Sousa Guimarães, dirigente intermédio de 3.º Grau de Gestão Urbanística e Projeto. <p>e) Gestão de Financiamentos e Estratégia Local</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Presidente: Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Vereadora com o pelouro dos Recursos Humanos; ➤ Vogais: Bruno Miguel Fernandes Caldas, Chefe da Divisão de Ambiente e Desenvolvimento Estratégico, que substitui o Presidente e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral; 	

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Suplentes: Arlindo Amorim de Sousa, Vereador e Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe de Divisão Económica e Financeira. <p>f) Mobilidade e Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Presidente: Arlindo Amorim de Sousa, Vereador com o Pelouro dos Transportes; ➤ Vogais: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral, que substitui o Presidente e Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe de Divisão Económica e Financeira; ➤ Suplentes: Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Vereadora e Sílvia Cristina Correia Alvarinho, dirigente intermédio de 3.º Grau de Contabilidade, Gestão e Património. <p>g) Rede Museológica Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Presidente: Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Vereadora com o pelouro dos Recursos Humanos; ➤ Vogais: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral, que substitui o Presidente e Jorge Ribeiro Areias, dirigente intermédio de 3.º Grau da Cultura; ➤ Suplentes: Arlindo Amorim de Sousa, Vereador e Vítor Manuel Pires de Araújo, Chefe da Divisão de Urbanismo e Planeamento. _
--	---

AMAMINHO – PROTEÇÃO CIVIL - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO MINHO – PROTEÇÃO CIVIL – EXTINÇÃO_ A Assembleia Municipal apreciou e colocou à votação o referido documento que num universo de 30 (trinta) **Membros** tomou a seguinte deliberação: _____

Votos contra	0	(zero) _____
Abstenções	0	(zero) _____
Votos a favor	30	(trinta) _____
Aprovada por	unanimidade , a dissolução da Amaminho – Proteção Civil - Associação de Municípios do Alto Minho – Proteção Civil, por não ter atividade, conforme proposta nº 16/2024 apresentada e aprovada pela Câmara Municipal em reunião realizada no dia 28/11/2024.	

PONTO 10 - REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Presente o ponto 10 relativo à reprogramação de compromissos plurianuais, foi aberto o período de intervenções ao mesmo, tendo-se inscrito: _____

- **O Deputado José Nogueira** interveio para justificar o seu sentido de voto. Votou contra o orçamento 2024 e absteve-se no orçamento de 2025 e como o assunto em discussão tem implicações na parte orçamental em 2025 entende que direta ou indiretamente, está vertido no orçamento de 2025 e nas GOP, pelo que abstém-se. _____

- **O Deputado Luís Brandão** referiu que estes mecanismos são a dinâmica que o Município tem estado a demonstrar relativamente à execução orçamental. É importante não terem preconceitos nem ideias pré-concebidas sobre estas matérias, uma vez que esta é a forma que permite dar a máxima transparência à execução de um plano de atividades e de um orçamento, passando apenas pela reafetação ou redistribuição de fundos, que em muitos dos casos passa por cumprir as regras das fontes de financiamento. _____

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** o qual referiu tratarem-se de obras que tinham uma programação para 2024 que, entretanto, por razões diversas,

tiveram que ser reprogramadas para 2025. _____

PONTO 10 - REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS _____

A Assembleia Municipal apreciou e colocou à votação o referido documento que num universo de 30 (trinta) **Membros** tomou a seguinte deliberação:

Votos contra	0	(zero) _____
Abstenções	0	(zero) _____
Votos a favor	30	(trinta) _____
Aprovada por	unanimidade , a reprogramação dos compromissos plurianuais assumidos em 2024 conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. _____	

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à segunda Secretária a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 29 (vinte e nove) **Membros** aprovada **por unanimidade**. _____

Finalizada a intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados pelas 14h00. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e duas páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela **Coordenadora Técnica** que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal A Coordenadora Técnica,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	José António Moreira Cerqueira